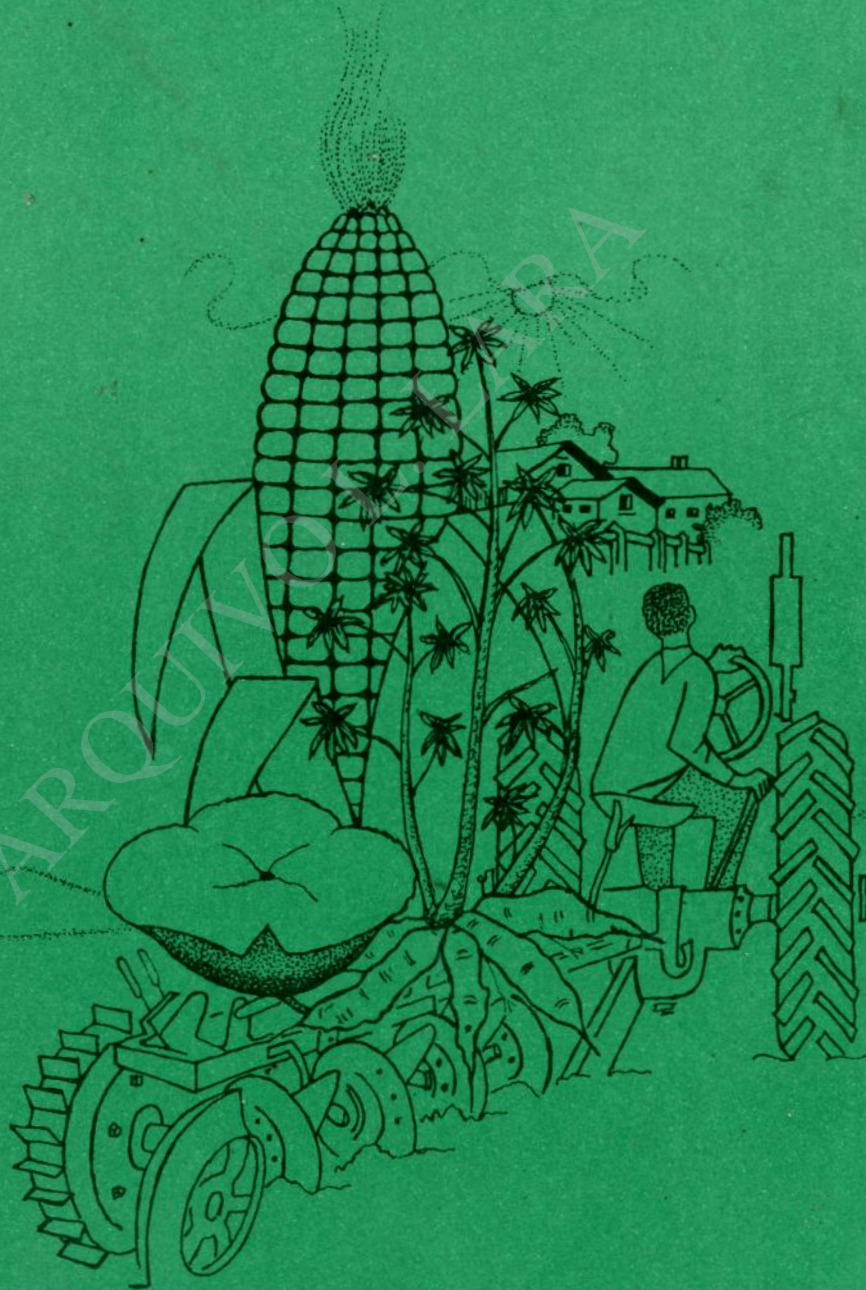




REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

BOLETIM INFORMATIVO

1/89



ABR. / MAI. / JUN.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

BOLETIM INFORMATIVO

1 / 89

Boletim de informação sobre desenvolvimento agrário e rural, do Instituto de Desenvolvimento Agrário, editado trimestralmente, em português.

EDIÇÃO E COORDENAÇÃO:

Deptº Comunicação e Treinamento

CAPA: Manuel Custódio

DESENHO: Orlando Freire

IMPRESSÃO: Lito-Tipo (capa)

TIRAGEM: 500 exemplares

CIRCULAÇÃO: interna

DISTRIBUIÇÃO: gratuita

SUMÁRIO

	PÁG.
SUMÁRIO	1
NOTA DE ABERTURA	2
INST. DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: APRESENTAÇÃO	5
DESENVOLVIMENTO RURAL (1)	7
CAMPANHA AGRÍCOLA 87/88: EXTRACTO DO RELATÓRIO DO I.D.A.	9
O QUE É ...? UMA E.D.A.	11
TECNOLOGIA ADAPTADA: O QUE SIGNIFICA	13
NOTÍCIAS	15
CORREIO DO LEITOR	18

* Os artigos assinados são da inteira responsabilidade do(s) seu(s) autor(es) e as opiniões expressas não são necessariamente partilhadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário.

* Aceita-se a colaboração de todos os interessados, no quadro dos objectivos do Boletim. Os textos devem ser entregues na Coordenação com 45 dias de antecedência relativamente ao último mês do trimestre de edição e não devem ultrapassar as 1.500 palavras (1 folha dactilografada). Os originais não serão devolvidos ao(s) autor(es).

* DIRECÇÃO: Instituto de Desenvolvimento Agrário
Ministério da Agricultura
Cx. Postal - 527

LUANDA

Nota de Abertura

Ao abraçarmos esta feliz iniciativa não nos podemos alhear de mais uma grande responsabilidade que pesa sobre o nosso Instituto.

Estamos cientes de que por maior que seja o esforço dispendido, um trabalho desta índole não deixará de apresentar falhas e imprecisões, mas acreditamos que também não deixará de merecer alguma atenção e uma desejável colaboração dos nossos leitores, na apresentação de temas ou sugerindo soluções que a experiência e os conhecimentos teóricos suscitem.

Procuraremos, com as limitações decorrentes da capacidade e experiência de que dispomos para elaborar este BOLETIM INFORMATIVO, abordar uma variedade de temas referentes ao desenvolvimento agrário e rural em sentido mais lato, especificamente no que toca ao sector camponês.

Constituirá, pois, nosso propósito primordial interessar o leitor pela problemática do desenvolvimento agrário, com particular incidência na abordagem de conhecimento da realidade da vida nas comunidades rurais. Acreditamos que as pessoas versa

das nesses diversos temas que nos propomos apresentar, assim como aqueles que na verdade se preocupem por saber algo, ainda que seja o mais elementar, encontrarão ao longo das várias publicações, instrutivas exposições e interessantes informações de carácter legislativo, técnico e científico.

Na medida em que fomos atingindo um número cada vez maior e diversificado de leitores, mais acreditaremos na continuidade e crescimento do BOLETIM INFORMATIVO, pelo muito que teremos de explorar o seu imenso potencial.

A nossa tarefa mais importante consistirá em dedi - car ao BOLETIM INFORMATIVO toda a atenção editorial que ele mere - ce, mas os seus progressos mais significativos dependerão sem dú - vida e fundamentalmente dos leitores. A vossa contribuição poderá assumir variadas formas e que vão desde o pequeno comentário aos mais importantes artigos de nível académico, técnico ou científico.

Esperamos, pois, pela vossa participação e estamos seguros de que com a vossa ajuda o BOLETIM INFORMATIVO tornar-se - á uma voz com interesse no desenvolvimento agrário do nosso País.

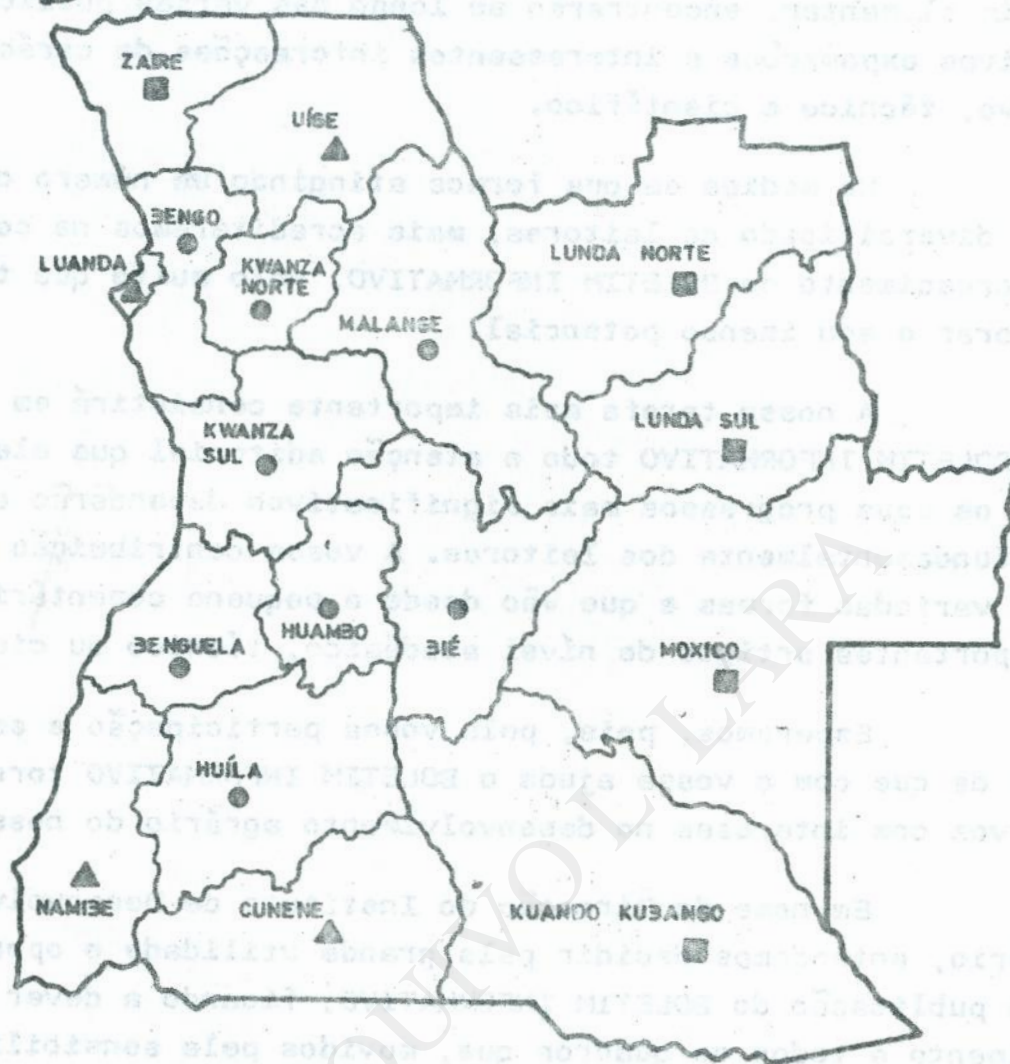
Em nome da Direcção do Instituto de Desenvolvi - mento Agrário, entendemos decidir pela grande utilidade e oportuni - dade da publicação do BOLETIM INFORMATIVO, ficando a dever o re - conhecimento a todos os quadros que, movidos pela sensibilidade à difusão de conhecimentos, empreenderam esta importante obra.

A DIRECÇÃO

IMPLANTAÇÃO DOS ÓRGÃOS PROVINCIAIS DO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CABINDA



● Direcções Provinciais do I.D.A.

▲ Departamentos de Apoio aos Camponeses

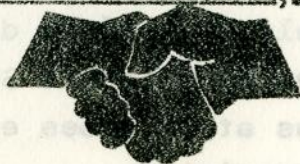
■ Sectores de Apoio aos Camponeses

A natureza das projecções acima identificadas são aquelas que na etapa actual melhor se adequam ao estado de desenvolvimento de cada uma das Províncias, da sua situação político-militar, da capacidade de intervenção e de resposta das diferentes estruturas locais do sector, bem como do nível de apetrechamento em recursos humanos, técnicos e materiais.

Convém, no entanto, acentuar que se trata de um processo dinâmico e que deverá evoluir na medida em que os princípios orientadores da política agrária se possam potenciar através dos recursos existentes.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

APRESENTAÇÃO



A agricultura está definida no nosso País como a base para o desenvolvimento, constituindo os camponeses a sua força social principal.

A cooperação entre as pequenas empresas agrícolas familiares camponesas é, obviamente, pela conjunção de esforços e complementaridade de recursos, favorável à participação e representatividade daqueles pequenos produtores no desenvolvimento. As Cooperativas e Associações de Camponeses são pois as "células do desenvolvimento rural capazes de progressivamente irem alterando as actuais relações de produção, devendo poder constituir-se, de facto, em unidades de desenvolvimento em que as componentes económica, social, política e cultural se integrem de forma harmoniosa e dinâmica.

As Estações de Desenvolvimento Agrário (E.D.A.) estão a ser progressivamente implantadas a nível municipal e comunal com o objectivo de garantirem o apoio à produção dos camponeses e pequenos agricultores, nomeadamente no que se refere ao abastecimento em factores de produção, à assistência técnica e vulgarização, à prestação de diferentes serviços essenciais à produção e à organização.

O Ministério da Agricultura, responsável pela tutela do sector agrário, deve estruturar-se para poder orientar metodologicamente o sector camponês para a materialização das estratégias atrás referidas e de um modo mais geral para a realização do conjunto de orientações para o sector. A DNACA (Direcção Nacional de Apoio à Cooperativização Agrícola e Camponeses), estruturada anteriormente existente para o efeito, era uma estrutura que

orgânica e funcionalmente não estava adequada para as novas exigências de trabalho com o sector camponês consubstanciadas nas orientações do II Congresso do MPLA-Partido do Trabalho.

Foi proposto pelo Ministério da Agricultura e criado por Decreto nº 42/89 do Conselho de Defesa e Segurança o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, cujas atribuições e competências são genericamente e, entre outras, as seguintes:

➡ Estudar e propôr as estratégias de desenvolvimento da produção agro-pecuária e bem-estar das populações do meio rural;

➡ Orientar, apoiar e acompanhar as estruturas locais de apoio ao sector camponês na recolha das necessidades das populações rurais, mediante a sensibilização dos camponeses para a análise e discussão dos seus problemas e formulação das respectivas soluções;

➡ Promover a integração multisectorial dos projectos de intervenção no meio rural dos outros sectores da esfera produtiva, económica e social e das Organizações de Massas e Sociais e proceder à sua adequação;

➡ Estabelecer a ligação com instituições de investigação e experimentação nacionais e estrangeiras e promover a divulgação e utilização dos conhecimentos adquiridos;

➡ Promover e apoiar a realização de estudos socio-económicos que interessem ao desenvolvimento agrário;

➡ Promover o estudo e a extensão de tecnologias adaptadas aos sistemas de produção camponesa, visando a intensificação gradual e progressiva da produção agro-pecuária, através de um programa de extensão agrícola;

➡ Dinamizar e apoiar a organização de centros de treinamento, planificando e orientando as acções de treinamento e superação.

DESENVOLVIMENTO RURAL (1)

Ao iniciarmos a abordagem deste importante tema, nas suas vertentes variadas, ressalta a necessidade de analisarmos primeiramente certos conceitos que são inerentes à própria comunidade.

Neste contexto, desenvolvimento da comunidade significa inovação dinâmica que acaba com algum costume que obstaculiza ou impede o progresso da colectividade.

Por outras palavras, deve entender-se o desenvolvimento da comunidade como o progresso que tem como propósito fundamental a criação de melhores condições de vida dessa comunidade, propiciando, ao mesmo tempo, o seu progresso social e aumentando a sua capacidade de integração, organização e administração próprias, com base na auto-ajuda e cooperação, com a comparticipação inteligente e adequada do Governo e de outros organismos.

Todo este processo de desenvolvimento é necessariamente lento e constitui importante desiderato que tanto o jovem como o adulto se preocupem inteiramente por participar com consciência e inteligência em tudo o que respeita ao progresso material e espiritual da comunidade, assim como na organização, administração e aproveitamento dos seus recursos.

Para que esse desenvolvimento seja efectivo, é requisito indispensável a mudança de atitude da população, a qual se consegue unicamente através da educação, da persuasão, do convencimento e da demonstração. Assim, não podemos chamar desenvolvimento da comunidade o trabalho de descobrir casos de tuberculose ou conhecer as reacções positivas à tuberculina entre a população infantil. É necessário também descobrir as pessoas que estão em risco eminente de contrair a doença e dispensar-lhes uma revisão médica periódica. Tão pouco é desenvolvimento da comunidade a construção de uma "latrina" ou de um "campo desportivo". Estas são obras materiais e nada mais. Para que na realidade haja trabalho de desenvolvimento da comunidade, esta terá, forçosamente, que depender, basicamente de três factores:

- Auto-ajuda dos membros da Comunidade;
- Atenção às necessidades sentidas dos membros da Comunidade;
- Atenção ao desenvolvimento da Comunidade de forma integrada.

A dádiva ocasional ou o paternalismo romântico, jamais tiveram efeitos favoráveis duradouros, pois pela sua própria natureza, para o camponês carecem de significado e nem sequer chegam a dar-lhe o sentido de pertença sua.

Significa isto que cabe à própria Comunidade indicar quais são as suas necessidades e problemas, e é ela que deve esforçar-se por resolvê-los. Se tratar o Governo de pensar e actuar no lugar da comunidade, de impôr-lhe melhorias ou alterações, a população não se interessará por elas e abandoná-las-á tão rapidamente quanto os representantes do Governo se retirem da comunidade.

A rapidez ou lentidão com que a comunidade entenda e assimile um dado programa, determinará o ritmo do progresso deste. Por isso, o Extensionista deverá ter sempre presente que os seus esforços se deverão orientar para a resolução dos problemas e necessidades sentidas pela comunidade, assegurando-lhe todos os seus recursos humanos e materiais.

Insistimos nesta questão, pois de pouco ou nada servirá, por exemplo, técnicos que saneem zonas, que construam sistemas de água potável, de irrigação e drenagem, se ao mesmo tempo não se estabelecerem também meios para preparar e capacitar os membros da comunidade, para que estes tecnicamente administrem, mantenham e aumentem as instalações ou sistemas criados.

Como últimas palavras, diremos que só a educação das massas poderá tornar factível a criação de uma economia equilibrada e produtiva, a modificação das condições sociais e as normas de conduta. Trata-se, pois, de um imenso desafio contra o subdesenvolvimento dos nossos recursos humanos rurais e que assume um carácter incomparavelmente mais grave que o estado de subdesenvolvimento dos nossos recursos naturais.

(Continua)

CAMPANHA AGRÍCOLA 87 / 88

SECTOR CAMPONÊS

EXTRACTO DO RELATÓRIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Na campanha agrícola de 1987/88, as áreas de intensificação nas principais culturas evoluíram, em termos globais, na ordem dos 17%, com destaque para as culturas do algodão e da batata-rena, devido às acções desencadeadas pelo Programa Nacional de Algodão para a reabilitação daquela cultura e à reposição de sementes de batata-rena provenientes do ano agrícola anterior.

De um ano agrícola para o outro, a cultura do milho vem-se evidenciando como cultura de destaque, merecendo as melhores atenções em termos de acções no domínio da assistência técnica e do provimento do Abastecimento Técnico-Material (ATM).

Das áreas controladas beneficiando de assistência técnica, a cultura do milho ocupou 80% do total, o que representa um acréscimo de 5% relativamente ao ano anterior.

A cultura da mandioca, da qual vivem cerca de 40% das populações da R.P.A., pelo contrário ocupa uma área insignificante (64%) em relação ao total da superfície de intensificação, deixando entender que a atenção dada a esta cultura não corresponde ao seu peso na dieta alimentar diária das populações.

Por outro lado, a insegurança em certas zonas de cultivo não permitiu a extensão de determinadas culturas, tais como a da mandioca, do arroz e da batata-doce, o que levou a um decréscimo de 37% em termos de áreas cultivadas, em relação aos 187.072 ha do ano agrícola transacto, especialmente nas culturas de subsistência.

O Quadro abaixo, discriminando as áreas semeadas e/ou plantadas por culturas, para além das produções bruta e mercantil também por culturas, referentes a 87/88, espelha o que atrás se referiu.

NO	CULTURA	ÁREA (HA)			PRODUÇÃO BRUTA (TON)			PRODUÇÃO MERCANTIL (TON)		
		PLANO	REAL	%	PLANO	REAL	%	PLANO	REAL	%
1	Milho		109.121	88	119.947,8	112.091	93	46.142	35.089	76
2	Mandioca a)	22.502	49.652		52.370			12.480	15.095	76
3	M. (Fuba,)								475	
4	M. (F. Torrada)							218	1.111	509,6
5	Mandioca Fresca							965	1.996	206,9
6	Feijão	13.069	11.241,5	86	3.098,7	2.386	77	1.079	680	63
7	Amandeim b)	6.819	2.622,2	39	2.349	1.241	53	1.469	160	10,9
8	Betate Rana	3.654	1.618	44	13.304,2	10.787	81	20.075	6.066	30,2
9	Betate Doce	3.927	1.734,4	44	11.854,2	10.468	79	10.145	3.400	33,5
10	Arroz	3.088	2.557	83	1.115	1.134,3	102	2.580	180	3,9
11	Messengo	573	360	63	344	122	35	1.410	2.522	164,2
12	Messombela	1.340	2.376	177	482	1.435	297	1.461	2.123	145,5
13	Trigo	602	300	17	301	50	17	500	300	22,3
14	Hortícolas	1.158	2.678,8	231	13.283	12.797	96	14.566	2.681	52,7
15	BAJAJACA	60	575,2	-	60	5.752	-	7.811	4.203	60,2
16	Algodão c)	2.850	5.452	191	1.750	2.224,2	130	1.750	2.224	127,2
17	Tabaco	252	158	63	76	47	62		31	
18	Óleo Palma							176	461	267
19	Dendém							40	76,9	192,3
20	Citrinos								300,0	-
21	Outros p/ind.					6			251,1	-
22	Outros frutas							7.100	8.972,7	-
23	Macunde	2.240	71	3	1.120	36	3			

a) Mandioca 1986/87 (Cresça) b) a/casos c) Algodão Caroco

(...) Os rendimentos das culturas foram muito negativamente influenciados pela irregularidade das quedas pluviométricas, seguidas da estiagem registada em Fevereiro/Março de 1988, especialmente na Província da Huíla.

Em relação aos volumes da produção mercantil realizada, ainda não se dispõem dos resultados da comercialização no campo, em fase de processamento no Comércio Interno.

Durante a campanha agrícola 87/88, a intervenção das EDA's nas áreas de intensificação foi determinante. As culturas de milho e algodão foram quase exclusivamente instaladas em áreas sob seu controlo.

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS REALIZADAS NAS PRINCIPAIS CULTURAS (HA)

SUBORDINAÇÃO CENTRAL (ÁREAS DE INTENSIFICAÇÃO)								
NO	CULTURA	1984/85	%	1985/86	%	1986/87	%	1987/88
1	Milho	13763	+ 250,3	48216	+ 13,5	54741	+ 42	67702
2	Mandioca	3484,5	- 21,5	2734	+ 30,5	3569	+ 15	4120
3	Feijão N.E	347	+ 477,8	3161	38,6	4382	+ 20	5237
4	Amandeim ^{A)}	348	+ 28	497	+ 146	1223	- 31	838
5	B. Rana	239	+ 126,9	497	+ 20	597	+ 127	1756
6	B. Doce ^{B)}	112	-	4211	100	4212	- 82	734
7	Algodão	1189	- 41,2	700	+ 186	2007	+ 35	3538,5
8	Arroz ^{C)}	2366	- 20,2	1887	+ 8,8	2053	- 38	1340,5
9	Hortícolas N.E					1148	+ 144	2806

A/ Falta de sementes

B/ Insegurança na zona de cultivo nomeadamente no Uize e Bie

C/ Insegurança na zona de cultivo

%/ Taxa de crescimento das áreas

O QUE É ...?

UMA E.D.A.

1 - A ESTAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (E.D.A.) é:

- Uma empresa estatal
- De âmbito local
- Votada ao apoio técnico e material ao desenvolvimento do Sector Camponês

2 - PORQUÊ A E.D.A.?

Na sequência das orientações do MPLA-Partido do Trabalho de reorganização do aparelho estatal com vista à sua melhor adequação, o Programa de Emergência para a Produção Alimentar, mais concretamente o sub-Programa para o Sector Camponês orientou, por proposta do Ministério da Agricultura, a constituição das Estações de Desenvolvimento Agrário como estruturas integradoras do apoio directo a prestar aos camponeses e catalizadora do desenvolvimento desses mesmos camponeses.

3 - CARÁCTER ESPECIAL DA E.D.A.

A EDA comercializa factores de produção e presta serviços de apoio a essa mesma produção, funcionando, neste aspecto, com base no princípio do cálculo económico e gerando, por conseguinte, receitas próprias.

A assistência técnica e a vulgarização, actividades fundamentais para o desenvolvimento rural e em que a EDA se deve especializar, são contudo gratuitas, são actividades de fomento da pro-

dução que, por isso, são suportadas pelo Orçamento Geral do Estado.

4-CARÁCTER ESSENCIAL DA E.D.A.

• Congrega os meios materiais e técnicos para a satisfação directa e de forma integrada das necessidades dos camponeses, com base nas suas solicitações.

• Realiza a comercialização especializada de factores de produção, como pesticidas, diferentes tipos de fertilizantes químicos, etc., que não devem ser comercializados pelo comércio geral.

• Determinados tipos de serviços que presta têm carácter de fomento e não fins lucrativos. Por esse facto, não pode ser substituída com vantagem por qualquer estrutura ou agente com fins essencialmente lucrativos.

• Constitui a base fundamental para a assistência técnica ao Sector Camponês e para a futura implantação e desenvolvimento da Extensão Rural, funcionando no nível que se vem identificando como o fundamental para a planificação nacional - o MUNICÍPIO.



TECNOLOGIA ADAPTADA: O QUE SIGNIFICA

Quando se fala em desenvolvimento rural em Angola, ouvem-se diferentes opiniões, propõem-se diferentes alternativas e tecnologias, onde geralmente a moto-mecanização ocupa lugar de destaque.

Quanto a nós, o desenvolvimento só é possível se as tecnologias envolvidas nos seus processos estiverem adaptadas ao estado de desenvolvimento das forças produtivas em presença, aos sistemas de produção.

Como contributo para uma melhor compreensão deste condicionalismo, transcreve-se um extracto de uma publicação da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) com o título "TECNOLOGIAS ADAPTADAS AO PEQUENO PRODUTOR RURAL NO SISTEMA EMBRATER, 10 ANOS, 1978-1988", da autoria de OSMAR GOEDEN REIS.

A preocupação com a natureza da tecnologia *apropriada*, *intermediária* ou *alternativa* e com o carácter de outras propostas que se contrapõem à modernização tecnológica inadequada sob o ponto de vista económico, social e ecológico se intensificou em muitos países a partir de meados da década passada.

No âmbito da extensão rural brasileira (do Sistema Embrater) foi criada, em 1978, a expressão *tecnologia adaptada*, que, vinculada ao objetivo do trabalho da extensão rural com os pequenos produtores, visa o aumento da renda e a melhoria do bem-estar das famílias rurais através de soluções técnicas originalmente concebidas conforme as condições do usuário (que, muitas vezes, é seu próprio criador) ou modificadas por eles para melhor atender a essas condições.

A concepção de tecnologia adaptada não é nova, pois o pequeno agricultor sempre procurou adequar os meios de que dispõe para criar técnicas e ferramentas que correspondam às suas necessidades específicas. A ela se contrapõe a tecnologia não adaptada, ou seja, a que é introduzida sem adaptações, em

ambientes físico e sócio-cultural diferentes daquele para o qual foi originalmente criada.

Dentro desta ótica, podemos considerar a tecnologia adaptada como oriunda da prática ou da teoria, que sem fugir aos parâmetros comportamentais dos pequenos produtores, e valendo-se basicamente dos recursos de que eles dispõem, contribui para o aumento, de forma direta ou indireta, de sua receita líquida monetária, incluindo a renda da operação agrícola e do trabalho familiar dentro ou fora da fazenda. Contribui, ainda, para reduzir não apenas os gastos em dinheiro mas, também, as dívidas a serem pagas em produtos e o próprio esforço físico no trabalho.

Na definição de tecnologia adaptada está implícita a suplementariedade das linhas de explorações e de atividade da família, para melhor utilização dos parcos fatores de produção e da ociosidade de tempo decorrente do carácter sazonal das explorações.

Tecnologia adaptada é, portanto, uma expressão voltada para os pequenos produtores rurais não

somente em termos do aspecto físico da prática agropecuária mas, também, de instrumentos de trabalho simplificados, adequados aos recursos disponíveis. Ela atende, ainda, em termos econômicos e sociais, aos padrões comportamentais dos pequenos produtores e de suas famílias, incorporando o progresso científico adequado à sua realidade.

De modo geral, a tecnologia adaptada apresenta as seguintes características básicas:

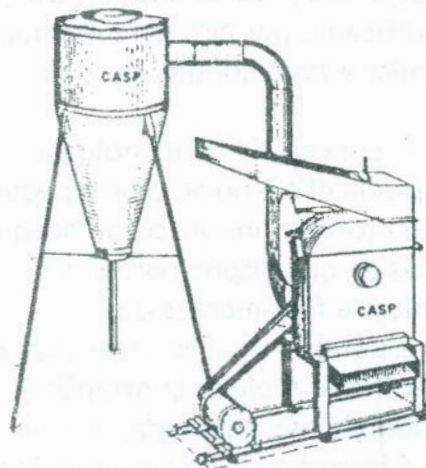
- Envolve processos técnicos simples, com fácil controle de sua aplicação, sem significar a adoção de técnicas antigas e obsoletas.
- Aproveita ao máximo os recursos locais em matérias-primas, energia e equipamentos, sem prejudicar o ambiente.
- Requer menos capital e viabiliza uma utilização mais intensiva de mão-de-obra.
- Utiliza máquinas, equipamentos, unidades de produção e de processamento de pequeno porte.

A tecnologia agropecuária moderna disponível nem sempre se enquadra nessas características. Ela é orientada mais para os produtos industriais e de exportação, e em geral com base na premissa de que as inovações tecnológicas envolvem a aplicação intensiva de capital, o que entra em conflito com a falta de

recursos financeiros dos pequenos produtores rurais.

Além disso, a adoção de práticas intensivas e de monocultura, inerentes à tecnologia moderna geralmente disponível, modifica o equilíbrio biológico da terra, que passa a exigir, cada vez em maior escala, o uso de pesticidas e adubos químicos para manter os níveis econômicos de produtividade. Entretanto, o aumento do consumo de fertilizantes químicos e agrotóxicos nem sempre é acompanhado um aumento correspondente do rendimento físico por área ou da produtividade econômica da atividade agropecuária.

Uma eventual concentração da pesquisa e da extensão na geração e difusão de tecnologias dessa natureza, e em culturas isoladas (solteiras), não favorece a pequena agricultura, porque pode resultar para ela em maiores custos de produção, aumentar os riscos do produtor, criar problemas decorrentes da monocultura e ocasionar prejuízos para a terra e para a saúde dos animais, do agricultor e do consumidor.



CURSO EM EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL realizou-se no Brasil, sob coordenação técnica da EMBRATER, para países africanos de língua oficial portuguesa, no decorrer do mês de Abril. Participaram neste curso doze técnicos angolanos, na sua maioria técnicos médios e superiores da IDA, a nível central e da Província da Huíla.

O curso ministrado de acordo com a metodologia participativa, incluiu temas como:

- . O ESTADO E A SOCIEDADE
Relações Estado/Sociedade; Serviço Público
- . POLÍTICAS AGRÍCOLAS
Participação da Pequena Produção
- . TECNOLOGIAS E DESENVOLVIMENTO
objectivos, aspectos sociais, económicos e culturais; geração, difusão e transferência de tecn.
- . EXTENSÃO RURAL COMO PROCESSO EDUCATIVO
Metodologias e Políticas de Educação e Comunicação
- . REALIDADE DA COMUNIDADE
Teoria do conhecimento; estudo da realidade social da produção
movimentos sociais, perfil e formação do extensionista
- . DIRECÇÃO E GESTÃO EM EXTENSÃO RURAL

CONSELHO CONSULTIVO DO MINAGRI

reuniu em Melange, de 19 a 23 de Junho. Nesta sua XIX sessão, os participantes constatarem, entre outros:

- Baixo nível de cumprimento das recomendações do Conselho anterior;
- Necessidade de actualização das cartas tecnológicas das culturas do milho, mandioca e algodão e reformulação do Programa da mandioca nas componentes de experimentação, vulgarização e comercialização;
- Revisão urgente da situação dos fertilizantes, rações e ovos de consumo no quadro da problemática de preços;
- Necessidade de elaboração do plano da campanha agrícola 89/90 de forma abrangente, compatibilizando as propostas e acções dos diferentes sectores e englobando todo o universo de produtores;
- Necessidade de reformulação da documentação básica sobre a movimentação e gestão de quadros;
- Necessidade de maior celeridade e aprofundamento dos documentos sobre "redimensionamento empresarial" e "contenção de despesas e aumento das receitas do aparelho do Estado", no quadro do SEF.

I ENCONTRO SOBRE POLÍTICA FLORESTAL realizado em Luanda, a 28 e 29 de Junho, votado à discussão sobre o aproveitamento racional dos recursos florestais nacionais, estratégia de investimento e linhas orientadoras de uma política florestal integrada, bem como dos objectivos em matéria de exploração e transformação da madeira, não deixou de contemplar a importância do sector camponês na prossecução dos programas e projectos de desenvolvimento florestal, tendo especificamente referido:

. Papel das indústrias florestais, como exploração de um recurso rural, na criação de empregos e obstáculo ao êxodo rural;

. Redinamização da instalação de viveiros para a produção de mudas florestais destinadas prioritariamente ao estabelecimento de matas para a produção ordenada de lenha e carvão vegetal nas zonas peri-urbanas, tendo em conta as recomendações do I Encontro sobre Lenha e Carvão Vegetal.

O ESTATUTO ORGÂNICO DO I.D.A. foi aprovado por Decreto nº 42/89, do Conselho de Defesa e Segurança.

PROGRAMA-PILOTO DE EXTENSÃO RURAL a implementar na Província da Huíla, foi igualmente aprovado pelo Conselho de Defesa e Segurança. Na nossa próxima edição, dedica-

remos um espaço à divulgação das linhas-mestras orientadoras deste Programa.

PROJECTOS EM NEGOCIAÇÃO

. Está em vias de aprovação o Projecto ANG/89/012, financiado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e tendo como agência executora a FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), num montante aproximado de USD 2 milhões, visando o desenvolvimento dos recursos humanos para o Programa-Piloto de Extensão Rural, nomeadamente:

- testar tecnologias adaptadas aos sistemas de produção camponeses;

- fornecer apoio institucional às organizações camponesas, às EDA e estruturas do IDA relacionadas com a adequação de quadros.

. A Reabilitação da Agricultura Camponesa na Província de Malange é o objecto de um projecto em fase adiantada de discussão com o FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário), no montante aproximado de USD 10 milhões. O projecto dedicar-se-á especificamente à assistência ao Governo em áreas de concepção, análise e definição de políticas de desenvolvimento do sector camponês; o reforço das instituições regionais e

centrais de apoio ao desenvolvimento agrário e reabilitar a capacidade produtiva dos camponeses.

IDA PARTICIPA NO 37º SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL

Um técnico superior do IDA esteve em Wageningen, Países Baixos, de 28 de Maio a 1 de Julho para participar neste Seminário, cujo objectivo foi o de fornecer aos quadros de concepção e direcção ligados à vulgarização rural, a possibilidade de actualização de conhecimentos e o contacto com novas experiências nesta área.

O Seminário incluiu temas como:

. Análise dos procedimentos de tomada de decisões;

. Sistemas de conhecimento no processo de desenvolvimento;

. Análise do meio físico e humano e estudo das condições agrícolas para o desenvolvimento;

. A vulgarização como instrumento de promoção do desenvolvimento;

. A gestão do serviço de vulgarização.

O Seminário dedicou ainda um período de trabalho ao estudo e discussão das políticas de vulgarização com financiadores, doadores e investigadores e os próprios vulgarizadores e beneficiários

MOVIMENTAÇÃO DE QUADROS

. Por Despacho nº 62/8^r de 1 de Junho, o Ministro da Agricultura, Fernando Faustino Muteka, nomeia em comissão ordinária de serviço para o cargo de Director Nacional Adjunto do I.D.A., o técnico superior de fitotecnia, AFONSO PEDRO CANGA.

. Foi nomeado o Engenheiro agrónomo LUIS ARSÉNIO SALVATERRA, para exercer as funções de Director Provincial do I.D.A. na Província da Huíla, por Ordem de Serviço de 29 de Junho do Director Nacional do I.D.A.

. A mesma Ordem de Serviço nomeia o técnico médio de agronomia JÚNIOR EPALANGA ISAAC, para exercer as funções de Director do Centro Regional de Formação e Treinamento, provisoriamente a funcionar no Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro.

AS * NOTÍCIAS * N



CORREIO DO LEITOR

CARO LEITOR!

ESTE 1º NÚMERO DO NOSSO BOLETIM FOI ELABORADO INTEIRAMENTE PELOS TÉCNICOS E QUADROS DO I.D.A. CENTRAL.

MAS O BOLETIM É SEU, É DE TODOS NÓS. ELE DEVE POIS RESULTAR DA CONTRIBUIÇÃO DE QUADROS, TÉCNICOS, CAMPONESES E TODOS QUANTOS SE INTERESSEM PELO MUNDO AGRÁRIO E RURAL.

PARTICIPE NESTE ESFORÇO COLECTIVO!

ESCREVA E MANDE OS SEUS COMENTÁRIOS OU CRÍTICAS PARA :

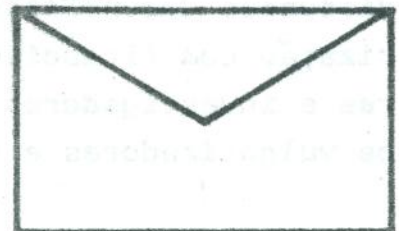
BOLETIM INFORMATIVO DO IDA

PAG. "CORREIO DO LEITOR"

CX. POSTAL - 527 - TELEF: 321446

LUANDA - R.P.A.

CORREIO DO LEITOR



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

